

DN+ Riscos da economia portuguesa

Economistas não creem em segundo resgate. Mas veem riscos

Economia. Artigo do *FT* aponta fragilidades. Augusto Mateus, Braga de Macedo e António Saraiva assumem preocupação. PS desvaloriza

JOANA PETIZ e MANUEL CARLOS FREIRE

Um crescimento económico débil (0,8% no segundo trimestre), a dívida pública "estratosférica" (130%), o investimento que não ganha força e as exportações a travar a fundo (1,5%) fariam soar alarmes em qualquer economia saudável. Tanto pior num país que, depois de um programa de assistência, não levou até ao fim as reformas consideradas necessárias, sofrendo de baixa competitividade crónica, apresentando um défice fiscal persistente e tendo um setor bancário a precisar de recapitalização — que é dono de uma fatia considerável da dívida pública.

A análise publicada ontem no *Financial Times* pelo editor para a Europa segue a tendência que se tem desenhado na imprensa internacional — espanhola, alemã, norte-americana —, que deixou nas últimas semanas alertas sobre as nuvens negras que pairam sobre a economia portuguesa. Opiniões "especulativas", garante o deputado socialista João Paulo Correia, que afirma não haver "dados que justifiquem" — nem a Comissão Europeia dá para esse propósito. "Os números são validados pela Comissão", pelo que um novo artigo a equacionar um segundo resgate "não é preocupante", sustentou o responsável socialista pela área económica.

A ideia de Portugal poder ter de fazer um novo pedido de assistência é abordada no artigo assinado pelo editor do *FT* para a Europa, Tony Barber, ainda que não seja dada como inevitável. "Não são tanto os cenários mais complicados, que esperamos que não se concretizem... o que nos inquietou são as escolhas que nos levamos a que estas opções existam e que a realidade e as esta-

nais evidentes" de degradação da economia, alerta Augusto Mateus. Se nada for alterado, no caso extremo "podemos chegar a uma situação semelhante à de 2011, de uma vez pela dificuldade de cumprir compromissos e gerar valor". Visão partilhada por Jorge Braga de Macedo, que afirma que "vale a pena avisar com moderação sobre as turbulências financeiras mas apertar os cintos".

Para António Saraiva, os sinais de alerta também são claros. "Todos os indicadores nos deixam apreensivos", diz o líder dos patriotas. "Não queremos ser alarmistas, mas de facto estamos no fio da navalha", afirma, enumerando problemas como o tecido empresarial que precisa de ganhar fôlego para recapitalizar-se, a dificuldade em gerar confiança e a debilidade do sistema financeiro. A fragilidade da banca portuguesa é também realçada por Braga de Macedo pelo perigo de se manter "o círculo vicioso que quase nos levou à bancarrota em 2011". E diz que "não se pode excluir uma repetição" daquele cenário.

Para o PS, "o que conta são os dados da execução orçamental, que afirmamos que se atinja a meta [do défice de] 2,5% do PIB e se consiga fabricar o dobro de 3%, o que significa que Portugal sairá do procedimento por défice excessivo".

A ideia de Portugal poder ter de fazer um novo pedido de assistência é abordada no artigo assinado pelo editor do *FT* para a Europa, Tony Barber, ainda que não seja dada como inevitável. "Não são tanto os cenários mais complicados, que esperamos que não se concretizem... o que nos inquietou são as escolhas que nos levamos a que estas opções existam e que a realidade e as esta-

ísticas do INE confirmam: um país parado no investimento, nas exportações, no emprego, onde até o consumo privado está em queda", reage ao DN o deputado social-democrata António Leirão Amaro. "Não esperamos nem desejamos cenários como este. O que nos preocupa são os radares onde não estamos e



Futebol e sanções num Eurogrupo decisivo

SANÇÕES Na reunião do Eurogrupo de julho, com Portugal acabado de vencer o Europeu de futebol, desconhecida-se ainda se Lisboa e Madrid iriam ser castigadas pelo incumprimento do défice em 2015. A Comissão e o Conselho acabaram por aceitar que não houvesse sanções, mas deixaram alertas: "Para levantar a suspensão dos fundos, tanto Espanha como Portugal vão ter de demonstrar o cumprimento total das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento." E avisava: "Espera-se que tomem ações efetivas." Na reunião de hoje, as con-

dições de ser financeiros. "Há excesso de política financeira; tentamos resolver no âmbito financeiro problemas de criação de valor, de confiança, de investimento". Para o antigo ministro da Economia do governo de Ccutemes, o principal problema é, sim, o "défice de política económica e social", num contexto de "crise de crescimento e investimento, com as exportações anémicas, as famílias a ter imensa dificuldade em poupar e sem estabilidade fiscal".

"Nos últimos nove meses, a política tem sido reverter reformas que abriram a economia durante o período de ajustamento em vez de as aperfeiçoar. A comunicação é repetitiva e a sociedade que a crise não mora aqui, na esperança de que Portugal seja "um oásis no incerto", lamenta o antigo ministro das Finanças do governo de Cavaco, Braga de Macedo, que questiona: "se as reformas ficaram a meio, 'estaremos a tempo de arrearçar o caminho'?"

Opções políticas
 "Vivemos numa lógica de curtíssimo prazo que não permite que se crie confiança — quer nos agentes in-

ternos quer nos externos", aponta Augusto Mateus, sublinhando o porquê de a dívida subiu muito com o primeiro resgate — "80 milhões é quase 50% do PIB". Mas alerta: "Sem crescimento abundante não se garante o pagamento da dívida, dos salários das pensões."

O presidente da CIP lembra que a União Europeia também tem de fazer um caminho — "tem de se ajustar, redefinir e repensar para encontrar as respostas que lhe permitam crescer, encontrar fórmulas para voltar a ser uma União solitária". Mas diz que Portugal também precisa de mudar: "Estamos a deixar de um temporal mas há quem não queira ver que chove. Os tiques ideológicos não podem sobrepor-se à realidade dos factos."

Insistindo na falta de dados que justificam os argumentos do artigo de Tony Barber, João Paulo Correia admite que "essas opiniões também podem ser ataques ideológicos para tentar enfraquecer algumas governações, entre as quais a portuguesa", em que o governo socialista tem o apoio parlamentar do BE e do PCP. No texto, o editor do *FT*

Portugal confia que vai escapar a cortes nos fundos

AGENDA Eurogrupo vai analisar a situação de Portugal e Espanha na sequência das decisões do procedimento relacionado com défices

O Ministério das Finanças está confiante de que Portugal não vai sofrer qualquer corte nos fundos por ter falhado a meta de défice em 2015. As situações orçamentais de Portugal e Espanha à luz das decisões sobre o procedimento relativo aos défices excessivos serão alvo de um "ponto de situação" na reunião informal de hoje do Eurogrupo, mas não se espera tomadas de posição.

Esta é a primeira vez que os ministros das Finanças da zona euro analisam a questão depois de, em agosto, a Comissão Europeia ter formalizado a decisão de não aplicar multas. Mas apesar do encerramento do processo de sanções, as regras orçamentais da UE obrigam a Comissão a considerar a suspensão parcial de fundos europeus. Qualquer decisão a este nível será tomada mais para a frente, já que será precedida de um "diálogo estruturante" entre Parlamento Europeu e executivo comunitário.

O governo acompanha esta nova fase sem soressaltos. "Estamos confiantes de que o Parlamento Europeu saberá avaliar de forma correta os esforços que foram feitos pelos portugueses, os compromissos presentes assumidos perante o Parlamento e validados pela Comissão e a importância da manutenção de todos os fundos, que desempenham um importante papel na promoção e no relançamento do investimento", referiu ao DN/Diário Vivo fonte oficial do Ministério das Finanças.

Este Eurogrupo não mais fará do que um breve ponto de situação e espera-se que a reunião seja breve, para a Europa explica que, "na visão dos empresários" portugueses, o governo de António Costa "está mais inclinado para medidas anti-austeridade que possam agradar às multidões do que para fazer reformas destinadas a melhorar a eficiência do setor público e encorajar o investimento". Uma visão do deputado do PSD vê com preocupação: estes artigos revelam que lá fora se entende que "o governo está a fazer escolhas que contribuem para termos menos investimento, menos crescimento, menos exportações", afirma Leirão Amaro.

"Não há nada nas contas públicas que indique" a possibilidade de haver um segundo resgate a Portugal, diz a bloquista Mariana Mortágua, lembrando que no *FT* também têm sido publicadas artigos a defender a reestruturação das dívidas públicas na Europa, de ser necessária uma reestruturação dessas dívidas e de Alemanha mudar de posição, abandonando a defesa de políticas de austeridade em países como Portugal e Grécia.

Não foi possível obter comentários do CDS e do PCP.

ENTREVISTA: JUÁN CARLOS LÁZARO
 Economista e professor no IE Business School

Colaborador da BBC e da Bloomberg, Juan Carlos Lázaro explica como Espanha devia estar a preparar reformas económicas e sociais.

"Espanha já esticou a corda de mais"

Qual espera que seja o comportamento de Bruxelas ante o bloqueio político de Espanha?
 Vão continuar a incrementar a pressão e esperemos que tenha efeito nos partidos políticos para que mudem de atitude. Nomeadamente no PSOE, que pode acabar com este bloqueio e ficar na oposição, tal e como escolheram os espanhóis. Está em jogo não só uma sanção, mas também importantes reformas económicas e sociais que estão paralisadas. Antes ou depois vamos pagar por isto. Não estamos para brincadeiras, o bloqueio mostra a irresponsabilidade da classe política. Felizmente, a economia espanhola mantém uma dinâmica, mas não vai manter-se sempre assim. Vamos lembrar-nos destes disparates e do tempo perdido para realizar as reformas necessárias.

Pode chegar a termos sanções?
 Esperemos que Espanha se possa livrar dessa pena e que tenha mais um período de graça. Mas já se esticou a corda de mais. É com pena que vejo que Espanha há muito tempo e não se tomaram em conta esses avisos. E finalmente se comprova que eles foram mais realistas, analisaram melhor o que estava a acontecer enquanto Espanha fez "ouvidos moucos". Continuar sem governo é um problema muito sério. Primeiro porque não podemos apresentar o Orçamento do Estado, só um rascunho. E segundo, porque não se pode continuar nesta situação de conforto. Os nossos parceiros podem deixar de perceber o que está a acontecer na política espanhola.

A Europa pode deixar de ser tão flexível com Espanha?
 Sim, a flexibilidade pode acabar em qualquer momento. Vai ser complicado que sejam tão compreensivos se não existir um governo. É uma situação difícil de explicar, mesmo para nós, espanhóis. E fora das fronteiras há



O economista diz que não haver governo é um problema junto de Bruxelas

preocupação com o que está a passar-se em Espanha.

E o que pode apresentar Espanha antes de 15 de outubro?
 Pode apresentar uma intenção do que quer fazer no Orçamento do Estado para 2017. O governo em funções não pode aprovar o Orçamento e esse deve conter alguns cortes e alguma taxa que possa compensar o desequilíbrio nas contas. Espanha precisa de fazer cortes importantes. Por muito compreensível que seja Bruxelas com a situação política de Espanha, desta vez não nos vai servir para fugir de medidas mais exigentes se queremos mesmo cumprir com os objetivos marcados pelas instituições europeias.

Seria justo sancionar um governo em gestão?
 A sanção seria para o país, não para o governo. Os agentes políticos devem ser mais responsáveis, porque não estão a perceber a gravidade da situação. Estão mais preocupados com as questões dos seus partidos, nas eleições e não com os problemas económicos de Espanha. O país não se pode dar ao luxo de ter de pagar uma alta sanção e ao mesmo tempo perder fundos comunitários. As duas multas iam ter efeitos negativos nas contas do país.

Espera algum movimento dos partidos que ajude a resolver esta situação?
 Sinceramente não. Pelo menos até ao dia 25 de setembro, data das eleições no País Basco e na Galiza. E já estamos a aproximar-nos do fim de mês, há pouco tempo para os partidos reagirem. Antes era muito otimista e pensava que podíamos fugir das terceiras eleições, mas agora, com muitos espanhóis, penso que vai ser isso o que vai acontecer. O cenário é muito pessimista e vai ter consequências negativas na economia espanhola.

BELÉN RODRIGO, MADRID

	GOVERNO Mario Centeno (15. ago. 2015)	CE Jean-Claude Juncker (10. ago. 2015)	FMI Christine Lagarde (09. ago. 2015)
PIB	1,8	1,8	1,4
Défice (c% PIB)	-2,2	-3,4	-1,9
Consumo privado	2,4	1,9	n.d.
Investimento (FBDF)	4,9	3,0	n.d.
Exportações	4,3	4,3	3,9
Importações	5,5	4,9	3,8
Inflação	1,2	0,7	0,7
Desemprego (c% da pop. ativa)	11,4	11,7	11,6
Emprego	0,8	0,8	1,0

Todos os valores em variação (c%) exceto quando assinalado